

IMPLICAÇÕES DO USO DA 'NEOLINGUAGEM' NO BEM-ESTAR MENTAL DOS ADOLESCENTES NO CENÁRIO EDUCACIONAL

Iza Clarice de Souza Feitosa ¹

RESUMO

As pesquisas e análises que dizem respeito ao uso da 'linguagem neutra' avançaram, não se trata mais de uma questão de se, mas sim de como, quais e onde ela deve ser usada. Com isso surge o cenário escolar, que não pode ser ignorado, uma vez que ele é o principal centro de convívio dos jovens, portanto, é o lugar onde ele será aceito e respeitado como indivíduo ou não, porém há uma questão eminente quanto aos riscos disso para o bem-estar psicológico e para as relações interpessoais dos adolescentes. Pensando nisso, o presente artigo tem como objetivo analisar como o uso da linguagem neutra, ou o não uso dela, permeia a saúde mental dos adolescentes. Para isso, as concepções de Vygotsky (1978) acerca de comportamento social infantil será um pilar fundamental na compreensão das implicações que essa comunicação tem no cotidiano jovem em decorrência do efeito dominó ocasionado pelos rótulos direcionados aos estudantes que fogem às pré-concepções de gênero. A pesquisa bibliográfica visa se debruçar nas ideias de Butler (2018), Gurgel (2024), Komatsu (2024) e Bagno (2015) em busca de uma observação completa das implicações do uso da 'neolinguagem' no olhar psicológico, sociológico e gramatical, pensando em obter uma perspectiva completa da questão central e como essa situação deve ser levada em consideração no cotidiano de sala de aula e tratada nas relações interpessoais no cenário escolar.

Palavras-chave: Artigo completo, Normas científicas, Congresso, Realize, Boa sorte.

INTRODUÇÃO

Na fase da adolescência, o jovem atravessa um caminho de autodescoberta que proporciona a construção de uma identidade própria e a possibilidade de explorar sua sexualidade. Este caminho permite uma visão mais ampla do mundo, na qual o adolescente, embora não abandone totalmente suas raízes, se vê consideravelmente desprendido delas. A discussão sobre este período frequentemente evoca o conceito de "crise", existindo uma divergência entre estudiosos que a veem como uma definição inerente à fase e outros que a consideram um produto de uma construção social. Apesar disso, é sabido que tanto os fatores de ordem individual quanto os de ordem social e cultural são importantes para a compreensão do fenômeno da adolescência.

Conforme Vygotsky (1978), os sinais e as palavras servem às crianças, primeiramente, como um meio de contato social, e as funções cognitivas e comunicativas da linguagem tornam-se a base de uma nova e superior forma de atividade. O presente artigo tem como objetivo analisar como o uso, ou o não uso, da 'neolinguagem' permeia

























¹ Especialista, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - MG, contatoprofelary@gmail.com;



a saúde mental dos adolescentes no cenário educacional, o principal centro de seu convívio social. O referencial teórico que ancora esta análise passa por perspectivas psicológicas, sociais e educacionais. As ideias de Judith Butler (2018) são fundamentais para entender a identidade de gênero não como uma substância, mas como uma construção performativa e artificial, forjada por sequências coerentes que questionam as noções de "homem" e "mulher" como categorias fixas.

A dimensão ética da prática educativa é explorada através do pensamento de Paulo Freire, que defende uma ética inseparável da luta contra a manifestação discriminatória de gênero, raça ou classe. Por fim, a análise do preconceito linguístico como reflexo de um preconceito social é embasada nos trabalhos de Marcos Bagno (2015), que critica a aplicação autoritária da língua normativa como sustentáculo de uma supremacia inexistente.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para a realização deste artigo consistiu em uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Este caminho metodológico foi escolhido por ser o mais adequado para aprofundar a compreensão das complexas implicações do uso da 'neolinguagem' no bem-estar mental dos adolescentes, especialmente no contexto educacional. A abordagem qualitativa permitiu uma análise detalhada das nuances teóricas que envolvem a construção da identidade, o papel da linguagem e as dinâmicas de poder presentes nas interações sociais na escola.

O processo metodológico envolveu um debruçar-se criterioso sobre as ideias de autores-chave que oferecem perspectivas complementares sobre a questão. A investigação aprofundou-se nas contribuições teóricas de Judith Butler (2018), cujos conceitos sobre a performatividade do gênero e a crítica às noções substantivas de "homem" e "mulher" foram essenciais para desconstruir a base sobre a qual a exclusão linguística se assenta. Para compreender a dimensão psicossocial e o papel da linguagem no desenvolvimento, foram explorados os trabalhos de Vygotsky (1978), que estabelecem a linguagem como um meio de contato social e base para formas superiores de atividade.

No âmbito da pedagogia e da ética docente, a pesquisa se valeu das obras de Paulo Freire, que argumenta ser inseparável da prática educativa a luta contra manifestações discriminatórias de gênero. A análise da dimensão linguística foi enriquecida pelas teorias de Marcos Bagno (2015) sobre preconceito linguístico, que















correlacionam a imposição de uma norma autoritária a uma forma de sustentação de preconceitos sociais.

FORMAÇÃO DE IDENTIDADE ADOLESCENTE

A adolescência é universalmente reconhecida como uma fase crucial do desenvolvimento humano, um período de transição intenso e multifacetado, marcado por mudanças físicas, emocionais e sociais significativas. Nessa fase, o jovem atravessa um caminho de auto-descoberta que proporciona a construção de uma identidade própria e a possibilidade de explorar sua sexualidade. O caminho percorrido pelo adolescente, nesse momento de sua vida, possibilita uma exploração mais ampla do mundo ao seu redor que não abandona totalmente as suas raízes, mas se vê consideravelmente desprendido delas. Para Guida et. al (apud Audi, 2006, p. 6),

> Há uma divergência entre estudiosos que afirmam que a adolescência abriga, por definição, uma crise, e outros que dizem que seus sintomas são produtos de uma construção social, e se não forem assim considerados acabam por ser naturalizados. Apesar de se advogar pela prevalência de um ou outro, é abido que tanto os fatores de ordem individual, compreendidos pela puberdade, quanto os de ordem social e cultural, são importantes para a compreensão do fenômeno da adolescência.

Essa fase, potencialmente aponta as maiores contribuições para o desenvolvimento do indivíduo — em grande parte, situações marcadas por crise —, aqui cada jovem vivencia experiências sociais que constroem seu caráter, seus princípios e quem ele é. Durante a adolescência o jovem buscará meios para entender o seu lugar no mundo a partir de vontades e princípios que lhe são inerentes e a partir daqueles que ele adquire com o convívio social, nesse momento a linguagem ganha espaço como uma forma de proporcionar ao jovem o ato de pronunciar-se ao mundo.

Para Vygotsky (1978)

Os sinais e as palavras servem as crianças em primeiro lugar como um meio de contacto social com outras pessoas. As funções cognitivas e comunicativas da linguagem tornam-se então a base de uma nova e superior forma de atividade nas crianças, distinguindo-as dos animais.

A linguagem, nesse sentido, não se dissocia da identidade, muito pelo contrário, possibilita a ela uma construção completamente pautada naquilo que o adolescente observa ao seu redor e vivencia em suas experiências sociais. Essa intersecção entre o social e o individual se torna ainda mais evidente e complexa na perspectiva de um jovem































queer. A adolescência é o período em que as expressões de sexualidade e gênero se manifestam de maneira mais firme.

ENTENDENDO-SE COMO QUEER

Segundo Butler (2018), a ideia de uma identidade ou substância de gênero permanente é, na verdade, uma construção artificial forjada pela imposição de atributos em sequências coerentes, então as noções de "homem" e "mulher" como categorias fixas e definitivas são postas em xeque pela existência de atributos e expressões dissonantes que não se encaixam nos modelos de inteligibilidade sequenciais e causais. Essa afirmação reconhece os atributos sociais estigmatizados que perpetuam uma crença patriarcalista de que a sociedade é como é e porque é. Para Butler (2019), quando um adolescente não se encaixa nessas leituras de sociedade heteronormativizadas, o primeiro conflito se dá pelo estranhamento e o medo da percepção do diferente — ou seja, medo de que notem que ele é diferente — o que desencadeia uma espécie de conformidade mascarada, a qual viabiliza para esses jovens se integrarem ao conceito heteronormativo social, esse método de sobrevivência decorre da lógica de que o jovem, ao se perceber como distinto dos demais, precisa repreender a si mesmo por medo da represália do mundo ao seu redor.

No entanto, Guida et. al (2024) esclarecem que é possível verificar que as modificações culturais resultantes de transformações estruturais e institucionais têm promovido a fragmentação e o descentramento do indivíduo moderno, conforme a sociedade passa por alterações significativas. Os autores afirmam que a construção da instituição 'sociedade' do mundo contemporâneo é um espaço consideravelmente mais propício para que o adolescente queer consiga despir a conformidade mascarada e sentir segurança em seu convívio para ser ele mesmo, aqui a escola entra em cena.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996) não traz posicionamentos claros, na sua composição, a respeito do diálogo sobre diversidade e gênero, o que acaba se tornando um impasse para abrir a possibilidade de conversa centrada nesse público e implica diretamente em um apagamento, professores principalmente os de viés mais conservador — respaldam-se desse fato para não abordar de maneira alguma a existência de uma comunidade LGBTQIA+, o que prejudica o processo de identificar-se do aluno.



























A RECEPÇÃO ESCOLAR DOCENTE

Há, considerando as ideias discutidas no tópico anterior, uma falta consideravelmente grave quanto ao tratamento dado pelos professores a esses jovens, não há espaço para acolhimento ao passo em que não há espaço para considerar a existência deles no ambiente escolar, o estudante então passa por um processo de distanciamento, visto que o que ele vivencia no mundo é diferente do que ele vivencia na escola. A esse respeito, Freire (19..., p. ..) diz que "A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe. É por esta ética inseparável da prática educativa [...] que devemos lutar." Portanto, não há embasamento ético que possibilite ao professor munir-se de suas crenças e princípios pessoais ao lidar com jovens queer.

Para Freire (2020, p. 108) "Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar." A condição humana está intrinsecamente relacionada ao falar, ao fazer-se notar no mundo e nos lugares que ocupa, porém quando esse direito é negado aos estudantes queer dentro do âmbito de sala de aula a realidade trata de muito mais do que a negação de uma simples variação linguística, mas nega a existência desse jovem.

No momento em que o professor não considera a possibilidade de abordar a aplicação da variação de uma linguagem neutra — ao não inclui-la, por exemplo, no planejamento de aulas de português sobre variações linguísticas — há um recorte políticosocial sendo feito que se baseia na negação da comunidade LGBTQIA+ a participar dos debates sociais, recorte esse teorizado por Bagno (2015) ao afirmar que a aplicação autoritária da língua normativa sustenta a noção de uma supremacia linguística que não existe. Negar o diálogo a respeito da linguagem neutra em sala de aula é, portanto, reforçar a existência de um preconceito linguístico que origina-se de um preconceito social.

A RECEPÇÃO ESCOLAR DISCENTE

No ambiente escolar, o tratamento excludente não é uma regalia reservada ao professor, a ideia de uma sala de aula plural (Freire, 20...) estabelece a condição da





























interação com todos os tipos de estudantes — inclusive aqueles habituados a reproduzir os preconceitos domésticos.

Bagno (2015) teoriza que o ensino de língua portuguesa, quando voltado exclusivamente à gramática normativa, faz dos estudantes "guardiões da norma", dando passe livre à perpetuação de preconceitos linguísticos que inferiorizam os demais colegas. Essa prática fere diretamente a ética universal do ser humano, apresentada por Freire (20..), a fala que coloca a língua em um local de superioridade em relação às demais não só propaga o preconceito a partir da fala, mas também despe o processo socioeducativo de toda a humildade necessária nele e possibilita a transgressão daquilo que Freire coloca como vocação humana.

Nesse aspecto, a ação docente não pode instigar esse comportamento perpetuado pelos adolescentes, o ensino de língua portuguesa, segundo os preceitos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), o diálogo a respeito da variação linguística — especificamente a neolinguagem — deve ser reconhecido no âmbito escolar e o respeito deve ser igualmente propagado. A prática educacional que aceita de maneira passiva o descumprimento do regimento nacional acerca do currículo escolar falhará em preparar cidadãos para o convívio em sociedade pautado no respeito às diferenças.

INTEGRAÇÃO VOCABULAR À REALIDADE

Para Bentes et. al (2022, p. 118)

A aceitação e a performatização da linguagem inclusiva, que abarca os recursos linguísticos da linguagem neutra, têm impactos sociais profundos, a começar pelo reconhecimento da existência e dos direitos de minorias sociais.

Cabe ressaltar, a importância da integração da existência de uma variação linguística neutra em sala de aula como meio para desconstruir preconceitos sociais e estigmas quanto à comunidade LGBTQIA+, Vygotsky (1978) aborda que a aplicação de instruções orais dá suporte ao desenvolvimento do indivíduo quanto a sua concepção de mundo. Logo, não é possível dissociar as vivências em sociedade do aprendizado adquirido em sala de aula, a compreensão de uma língua que abraça as diferentes existências queer é um passo importante para promover a cidadania e garantir visibilidade aos alunos LGBTQIA+ para que possam se ver representados e saibam que têm o direito de ocupar espaços na sociedade.



























Não compete ao espaço escolar o lugar de omissão diante dos preconceitos sociais direcionados aos grupos marginalizados por suas formas de falar, Bagno (2015) afirma que o preconceito se manifesta quando damos lugar a uma autoridade linguística sobre as demais, quando não reconhecemos que a escola se tornou o palco monolíngue e monocultural onde a violência estrutural acontece.

Para Freire (20..), esse tipo de comportamento coloca em evidencia a ética docente, ao passo em que o professor consegue lidar com a inclusão dessa diversidade linguística de maneira ativa em sala de aula e integrá-la na prática — considerando, por exemplo, o planejamento de aula de língua portuguesa —, ele assegura aos jovens o direito de conhecer o mundo a partir do respeito ao outro e também a partir do direito de ser respeitado. Esse seria o primeiro passo para articular a existência de pessoas queer ao que é tratado em sala de aula.

O DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL

Para Vygotsky (1978), toda função no desenvolvimento cultural da criança aparece duas vezes: primeiro, no nível social, entre as pessoas (interpsicológica), e depois, no nível individual, dentro da criança (intrapsicológica). Logo, a linguagem utilizada no ambiente escolar, um espaço fundamental de socialização, é internalizada e passa a organizar o pensamento e a autopercepção do jovem. Ao entender a linguagem como similarmente a questão de gênero e sexualidade — uma construção social, entendemos também como a presença e adaptação dela no ambiente escolar pode contribuir para o desenvolvimento psicossocial de um jovem, pois ela não apenas acompanha a atividade prática, mas possui uma função organizadora específica que penetra o processo de uso de ferramentas e produz formas de comportamento fundamentalmente novas.

Butler (2018, p.44) diz que "O gênero mostra ser performativo [...] isto é, constituinte da identidade que supostamente é.", nessa perspectiva as categorias de identidade, como sexo e gênero, não são fatos naturais, mas efeitos de instituições, práticas e discursos. A linguagem produz a construção fictícia de "sexo" que sustenta diversos regimes de poder, operando frequentemente dentro de uma matriz heterossexual que impõe uma estrutura binária e assimétrica entre "masculino" e "feminino". Esse sistema regulador produz sujeitos com traços de gênero determinados e pode tornar "incoerentes" ou "impossibilidades lógicas" as identidades que não se conformam a essas normas, como as de jovens queer.































Diante disso, o uso de uma linguagem neutra na escola emerge como uma estratégia crucial para a promoção de um desenvolvimento psicossocial saudável. Ao oferecer uma alternativa à linguagem que universaliza o masculino e impõe o binarismo, a escola cria um ambiente que valida a existência de jovens queer. Para estes adolescentes, a linguagem neutra rompe a regulação que busca uniformizar a identidade de gênero e permite que a construção de sua identidade, que é singular, seja reconhecida socialmente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura revela que a aceitação e a performatização da linguagem inclusiva têm impactos sociais profundos, cujo ponto de partida é o reconhecimento da existência e dos direitos de minorias sociais. No contexto escolar, onde o adolescente passa por um intenso processo de formação de identidade, a linguagem utilizada pelos educadores e colegas torna-se um fator determinante. Negar o diálogo sobre a linguagem neutra, ou não incluí-la no planejamento de aulas sobre variações linguísticas, constitui um recorte político-social que se baseia na negação da participação da comunidade LGBTQIA+ nos debates sociais.

A negação do direito de se pronunciar no mundo, como coloca Freire (2020), é a negação da própria existência humana desse jovem. Diante disso, o uso da linguagem neutra na escola emerge como uma estratégia crucial para a promoção de um desenvolvimento psicossocial saudável. Ao oferecer uma alternativa à linguagem que universaliza o masculino e impõe o binarismo, a escola cria um ambiente que valida a existência de jovens queer. Para estes adolescentes, a linguagem neutra rompe a regulação que busca uniformizar a identidade de gênero e permite que a construção de sua identidade singular seja reconhecida socialmente.

Portanto, os resultados apontam que a integração vocabular à realidade queer não é apenas uma questão gramatical, mas uma ferramenta pedagógica essencial para desconstruir estigmas, promover a cidadania e garantir a visibilidade e o direito de existência dos alunos LGBTQIA+.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, as análises realizadas ao longo deste artigo permitem concluir que o debate sobre a 'neolinguagem' no cenário educacional transcende em muito uma simples





























questão gramatical, posicionando-se como um elemento central para a promoção do bemestar mental e do desenvolvimento psicossocial saudável dos adolescentes. A pesquisa consolidou a compreensão da adolescência como um período formativo de identidade, profundamente sensível às influências do convívio social, sendo a escola um palco determinante para esse processo. As ideias apresentadas demonstram que a linguagem, conforme teorizado por Vygotsky (1978), não é apenas um reflexo da realidade, mas uma força construtora que molda a percepção de si e do mundo, sendo internalizada pelo jovem a partir de suas interações sociais.

A integração dessa variação linguística na prática pedagógica, como um passo para desconstruir o preconceito linguístico e social apontado por Bagno (2015), é fundamental para que a escola cumpra seu papel de preparar cidadãos para um convívio social pautado no respeito às diferenças. Fechando as ideias aqui discutidas, fica a prospecção de que a comunidade científica e educacional deve continuar a se debruçar sobre o tema, não como uma controvérsia, mas como um campo de atuação essencial para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática. O uso da linguagem neutra não é o fim, mas um dos meios mais diretos e eficazes para que a escola se torne um espaço onde todos os jovens, sem exceção, tenham seu direito de "pronunciar o mundo" e, fundamentalmente, seu direito à existência, plenamente assegurados.



























REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico. 56. ed. revista e ampliada. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 05 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 30 jun. 2025.

BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. Pedagogia do oprimido. 74. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

GURGEL GUIDA, Simone Leite Azevedo; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado; SOUZA, Marilza Terezinha Soares de; MONTEIRO, Patrícia Ortiz. Construção de identidade na adolescência: dilemas individuais e sociais. Saberes: Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação, Caicó, RN, v. 24, n. 01, p. 88-109, jan. 2024. Disponível em: www.periodicos.ufrn.br/saberes. Acesso em: 15 de jul. de 2025.

KOMATSU, André Vilela. Desenvolvimento psicossocial e adaptação na adolescência: um olhar para os adolescentes institucionalizados. In: JUSTICIA JUVENIL EN PERÚ Y AMÉRICA LATINA: ACTAS DEL CONGRESO **INTERNACIONAL** BICENTENARIO. Arequipa: OPA Niños Libres, 2021. p. 1-15. Disponível em: https://bice.org/app/uploads/2021/12/1.OPA_JUSTICIA-JUVENIL-EN-PERU-Y-AMERICA-LATINA.pdf Acesso em: 10 de jul. de 2025.

LINGUAGEM "neutra": língua e gênero em debate. Organização Fábio Ramos Barbosa Filho, Gabriel de Ávila Otheiro, Sírio Possenti [et al.]. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2022.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. Interaction between learning and development. In: VYGOTSKY, Lev Semenovich. Mind in society: the development of higher psychological processes. Edited by Michael Cole et al. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1978. p. 79-91.

. Tool and symbol in child development. In: VYGOTSKY, Lev Semenovich. Mind in society: the development of higher psychological processes. Edited by Michael Cole et al. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1978. p. 19-30.





















